

## Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"

*Interfaces of State Reform: the commodification of education and the "price of knowledge"*

Everton Henrique Eleutério Fargoni<sup>1</sup>

Mayna Zacarias<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa como a Reforma do Estado brasileiro reconfigurou a educação como mecanismo de acumulação capitalista. Trata como políticas educacionais priorizam habilidades técnicas em detrimento do pensamento crítico, enquanto programas convertem diplomas em dívidas, alimentando conglomerados educacionais. A contradição neoliberal revela-se na dualidade entre retórica inclusiva e *apartheid* educacional, onde elites acessam formação qualificada e periferias recebem ensino precarizado. A erosão do Plano Nacional de Educação, aliada a iniciativas contraditórias, expõe o projeto de silenciamento político-pedagógico. A mercantilização, que exporta cérebros para servir a interesses corporativos, demanda resgatar a educação como eixo de soberania, resistindo à lógica que reduz salas de aula a fábricas de mão de obra subalterna.

**Palavras-chave:** Educação Superior. Ensino Médio. Neoliberalismo. Políticas Educacionais. Produção de Conhecimento.

**Abstract:** This article analyzes how the Brazilian State Reform has reconfigured education as a mechanism for capitalist accumulation. It looks at how educational policies prioritize technical skills over critical thinking, while programs convert diplomas into debt, feeding educational conglomerates. The neoliberal contradiction is revealed in the duality between inclusive rhetoric and educational apartheid, where elites have access to qualified training and peripheries receive precarious education. The erosion of the PNE, combined with contradictory initiatives, exposes the political-pedagogical silencing project. Mercantilization, which exports brains to serve corporate interests, demands that education be reclaimed as an axis of sovereignty, resisting the logic that reduces classrooms to subordinate labor factories.

**Keywords:** Education Policies. High School. Higher Education. Knowledge Production. Neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. *ORCID:* [0000-0001-7536-9126](https://orcid.org/0000-0001-7536-9126) - *E-mail:* [evertonfargoni@gmail.com](mailto:evertonfargoni@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. *ORCID:* [0000-0003-1675-7131](https://orcid.org/0000-0003-1675-7131) - *E-mail:* [maynazacarias1@gmail.com](mailto:maynazacarias1@gmail.com).



## Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"

Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias

### Introdução

Três décadas desfilam desde a Reforma do Estado de 1995, marco que reconfigurou a arquitetura político-educacional brasileira sob a égide de uma racionalidade 'mercadológica'. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), alicerce normativo democratizante, revelou-se epifenômeno de uma engrenagem que reproduz hierarquias: ao universalizar o acesso, manteve intocadas as estruturas que segregam qualidade como privilégio exclusivo. O Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 13.005/2014), com suas 20 metas retóricas, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, Resolução CNE/CP nº 2/2017), cartografia de um currículo esvaziado de criticidade, operam como véus sobre a chaga de um sistema que, em 2022, ainda condena 48% dos jovens entre 15 e 17 anos ao abismo da evasão (IBGE, 2022). O Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), alardeado como salvação à "crise formativa", desmantelou disciplinas fundamentais em prol de itinerários que fragmentam o saber, convertendo escolas em possíveis depósitos de mão de obra. A equidade, mantra dos documentos oficiais, esvai-se ante a materialidade de carteiras quebradas e docentes terceirizados, enquanto o Estado, em seu cinismo, legisla direitos que nega na prática.

A colonização neoliberal da educação brasileira não é acidente, mas projeto. Políticos subalternos ao capital financeiro convertem escolas em *commodities*<sup>3</sup>, onde a BNCC opera como currículo mínimo para mão de obra barata, enquanto o PNE se reduz a metas fantasmas, engolidas pela precarização docente e pela terceirização da gestão. A financeirização do ensino, via *voucherizações*<sup>4</sup> disfarçadas e parcerias público-privadas, esvazia o caráter público da educação, substituindo a formação crítica por competências alinhadas ao mercado. O resultado? Um *apartheid* educacional<sup>5</sup> – escolas técnicas para elites, EAD massificado para periferias. A meritocracia, dogma neoliberal, mascara a

---

<sup>3</sup> Bens padronizados produzidos em massa, com baixo valor agregado, voltados à exportação e sujeitos à lógica do mercado global.

<sup>4</sup> Política que transfere recursos públicos para instituições privadas via cupons, promovendo concorrência e desresponsabilização estatal na oferta direta de educação.

<sup>5</sup> Estrutura de segregação escolar baseada em classe social, cor ou território, que perpetua desigualdades no acesso e na qualidade da educação.



## **Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

violência simbólica de um sistema que naturaliza desigualdades, transformando salas de aula em linhas de montagem. A educação, longe de ser emancipatória, reproduz a necropolítica de um Estado que escolhe quem merece pensar.

Em meio ao deserto ético, ecoam as sementes plantadas por Freire (2022) e Saviani (2003). O primeiro, ao denunciar a “educação bancária”, insurgiu-se contra a passividade imposta pelos opressores, propondo uma pedagogia da pergunta que incendeie consciências. Saviani (2003), com sua pedagogia histórico-crítica, resgata a escola como espaço de humanização, onde a apropriação do conhecimento científico é arma contra a alienação. Suas obras não são nostalgias, mas mapas para resistir – se o neoliberalismo fragmenta, eles propõem totalidade; se o capital desumaniza, eles reafirmam a educação como ato político. Neste século, suas ideias desafiam a resignação, lembrando que a crise educacional não é fracasso, mas sintoma de um projeto de poder que só a insurreição epistemológica pode derrubar.

A educação, esfera supostamente sagrada para a construção da cidadania, foi sequestrada pela máquina neoliberal e transformada em moeda de troca nas mãos de políticos que operam como correias de transmissão do capital financeiro. Sob o véu da “eficiência administrativa”, gestores públicos convertem escolas em laboratórios de precariedade: infraestruturas degradadas, salários aviltados e projetos pedagógicos esvaziados não são falhas, mas estratégias. O sucateamento programático abre flancos para terceirizações predatórias, onde conglomerados educacionais – muitos deles gestores de fundos de investimento – colonizam redes públicas, substituindo o direito à formação crítica por pacotes de ensino esterilizados. A retórica da “escola necessária” coexiste com orçamentos estrangulados, enquanto deputados e ministros assinam, sorridentes, contratos que hipotecam o futuro a bancos e corporações. O resultado é uma pedagogia da submissão, alunos treinados para obedecer a algoritmos, não para questionar estruturas. A educação, assim, não é negada; é pervertida, seu caráter público corroído até restar apenas a casca vazia de um projeto que um dia se pretendia emancipatório.



## **Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

No campo metodológico, este artigo se configura como uma revisão bibliográfica crítica, alicerçada em autores clássicos e contemporâneos da Educação, da Sociologia e da Economia Política. A escolha por este percurso analítico não se restringe à sistematização de referências, mas busca problematizar, à luz de uma abordagem estrutural, os efeitos da Reforma do Estado sobre a educação brasileira. A construção argumentativa se ancora em fontes legislativas, dados de instituições oficiais e em uma interlocução teórica com pensadores como Paulo Freire, Dermeval Saviani, Marilena Chauí, Francisco de Oliveira, entre outros, articulando categorias como financeirização, mercantilização e *apartheid* educacional. O objetivo metodológico, portanto, é tensionar discursos naturalizados, resgatando a totalidade das contradições que atravessam as políticas educacionais nos marcos do capitalismo brasileiro.

Expostos tais questões, este texto busca refletir sobre três décadas de reformas educacionais (1995-2025), período em que a Reforma do Aparelho do Estado — iniciada sob o mito da “modernização” — consolidou-se como cartilha neoliberal transversal a governos de esquerda e direita. De Fernando Henrique Cardoso (FHC) a Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), passando por Dilma, Temer e Bolsonaro, o consenso tácito de submeter a educação à lógica do mercado revela um continuísmo espúrio. Políticas de “compensação”, ainda que relevantes, funcionam como anestésicos para uma cirurgia maior: a privatização silenciosa via BNCC, PNE e Novo Ensino Médio, todas peças de um mesmo quebra-cabeça que prioriza métricas de produtividade sobre a formação humana. O artigo não se limitará a denunciar, mas discutir os mecanismos pelos quais o Estado, mesmo sob gestões antagônicas, reproduz a gramática neoliberal, convertendo direitos em serviços, professores em entregadores de conteúdo e alunos em clientes de um sistema que lucra com sua própria contradição. Aqui, a crítica não é partidária, mas estrutural, trata-se de expor como a educação brasileira permanece refém de um projeto que a declina viva, vestindo-a com roupagens de inclusão para melhor devorá-la.

### **O Estado neoliberal brasileiro**



## Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"

Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias

A Reforma do Aparelho do Estado (1995) não foi um acidente histórico, mas a culminação de um projeto gestado das entranhas do Consenso de *Washington* (1989), cujos braços estrangularam as utopias desenvolvimentistas latino-americanas. Também sob o mito da “modernização”, o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) desmontou estruturas públicas em nome da eficiência mercadológica, substituindo o *welfare state*<sup>6</sup> incipiente por um Estado corporativo subserviente ao capital transnacional. Como lembra Oliveira (2003), a “complexidade econômica” dos anos 1990 não passou de eufemismo para a financeirização da política, onde ajustes fiscais e privatizações converteram o Brasil em laboratório de um neoliberalismo periférico. A autonomia estatal, outrora bandeira da esquerda, foi sequestrada por tecnocratas que, em nome do “realismo”, pavimentaram o caminho para a austeridade como dogma, talvez um epistemicídio institucionalizado.

Chauí (1999) desnuda a farsa, o neoliberalismo jamais foi apenas economia, mas uma pedagogia do poder que redefine a cidadania como consumo e o Estado como gestor de negócios. A Reforma de 1995, ao adotar a “governança” como mantra, institucionalizou a lógica empresarial nas políticas públicas, esvaziando o conceito de direito social. Para Chauí, a suposta neutralidade técnica das reformas escondia um projeto de dominação de classe — a submissão da educação, saúde e cultura às métricas do mercado. A terceirização, elevada à condição de virtude, não foi acidente, mas estratégia, transformar serviços públicos em *commodities*, garantindo que o capital financeiro sugasse até a medula os recursos destinados à emancipação popular. O Estado, longe de “enxugar”, tornou-se carcereiro de suas próprias potencialidades democráticas.

A herança mais perversa da Reforma de 1995 na educação, está ao substituir a noção de direito pela de “investimento social”, abrindo o flanco para que governos subsequentes — de Lula a Bolsonaro — tratassem escolas como balcões de negócios. Mesmo políticas progressistas, como a expansão universitária via Programa

---

<sup>6</sup> Modelo de Estado que garante direitos sociais básicos, como saúde, educação e previdência, promovendo bem-estar e reduzindo desigualdades estruturais.



## **Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

Universidade para Todos (PROUNI), carregaram o vírus da financeirização, com parcerias público-privadas que transformaram vagas em ativos de fundos de investimento. Oliveira (2003) alertou, a “hegemonia às avessas” neoliberal cooptou até as esquerdas, que passaram a gerir a miséria em vez de erradicá-la. A BNCC e o Novo Ensino Médio, filhos tardios dessa lógica, priorizam habilidades para o mercado em detrimento do pensamento crítico. O que emerge é um sistema educacional problemático, fala em inclusão enquanto destroi o público, celebra acesso enquanto nega qualidade. A Reforma do Estado, assim, não modernizou — atrapalhou.

Os primeiros anos da Reforma do Aparelho do Estado, operou reconfigurando a educação superior brasileira em mercadoria. Ao reduzir o papel do Estado na esfera pública, incentivou a terceirização via programas como PROUNI e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que injetaram bilhões em instituições privadas. Entre 1991 e 2020, as matrículas em universidades privadas saltaram de 1,2 milhões para 8,6 milhões, enquanto as públicas oscilaram de 654 mil para 2,1 milhões (INEP, 2020). A diferença abissal, 80% das vagas concentradas no setor privado, não é acaso, mas projeto, a Reforma substituiu direitos por créditos educacionais, transformando diplomas em ativos financeiros. A expansão desenfreada de cursos de Educação a Distância (EAD), muitos deles com qualidade questionável, consolidou um mercado onde faculdades viraram franquias acadêmicas. Para Oliveira (2003), a “complexidade econômica” neoliberal transformou universidades em máquinas de lucro, onde o ensino é *commodity* e o aluno, cliente endividado.

A explosão de matrículas privadas — 567% em 30 anos (INEP, 2020) é o exemplo máximo da contradição da educação superior brasileira com a operacionalização da Reforma do Estado. Enquanto o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007) ampliou vagas públicas em 43%, criando dezenas de novos campi durante os anos de 2008 a 2012 em todo o país, o setor privado multiplicou-se de 1.004 instituições em 1995 para 2.608 em 2020. Cursos de Pedagogia e Direito, massificados como produtos, atendem à demanda por diplomas baratos, enquanto áreas como Medicina permanecem elitizadas. A lógica é clara,



## **Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

universalizar o acesso sem universalizar qualidade. Como Chauí (1999) denuncia, a “democratização” neoliberal não rompe hierarquias; asfixia a universidade pública com subfinanciamento e glorifica o privado como solução. O resultado é um sistema dual – para as elites, ensino crítico; para as periferias, teleaulas e mensalidades que perpetuam dívidas. A Reforma estratificou.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 95/2016, instrumento legislativo que consagrou o teto de gastos, encarna a biopolítica da morte econômica: ao sufocar investimentos em educação por 20 anos em letargia programada, desmantelou o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), tornando inalcançáveis metas basilares — como o direito à creche para 1,5 milhão de crianças de 4 a 5 anos (Meta 1), o fim do analfabetismo absoluto que ancora 10 milhões de adultos na exclusão epistêmica (Meta 9) e a equiparação salarial docente à média de outros profissionais com diplomas (Meta 17). Enquanto o Estado amputa verbas para cumprir dogmas fiscais, privatiza-se o futuro. Indagamos, como explicar que um país que sangra petróleo do pré-sal opte por estrangular seu sistema educacional em nome de acionistas? A resposta está na anatomia do poder – a educação, quando emancipa, ameaça; quando precarizada, serve.

Harvey (2005) decifra esse movimento como "acumulação por expropriação do comum", mecanismo no qual a financeirização corrói direitos para alimentar a inviolabilidade do capital. A educação, esvaziada de seu potencial emancipatório, transforma-se em campo de batalha ideológico, onde sua desmonetização pelo teto de gastos expõe a escolha política de sacrificar o futuro coletivo em nome da rentabilidade imediata, consolidando-a não como direito, mas como engrenagem da acumulação privada.

A PEC 95 é filha direta da reforma estatal. Frigotto (2010) alerta que tais reformas reproduzem a "dualidade estrutural" da educação: elites formadas para comandar, pobres treinados para servir. Antunes (2018) acrescenta que a precarização do ensino integra a desregulamentação geral do trabalho e a narrativa de "emergência fiscal" distrai a opção política de privilegiar capital especulativo, enquanto o Estado



## **Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

abandona seu papel redistributivo. A absorção de discursos de austeridade, mesmo diante de crises reais, revela a subsunção da política à financeirização (Chesnais, 1996).

As contradições das reformas educacionais brasileiras evidenciam a tensão entre projeto emancipatório e submissão ao capital. Por exemplo, se uma parcela significativa das arrecadações do pré-sal fosse destinada de fato à educação, até poderíamos romper com o ciclo de dependência, mas a prioridade ao lucro imediato mantém as desigualdades. No entanto, a resistência persiste, Frigotto (2010) e Antunes (2018) reforçam que a saída exigiria ruptura com a lógica capitalista, mas a correlação de forças ainda favorece os interesses do mercado. A inconclusividade é síntese de um projeto de país em disputa.

### **PNE: em espiral sem fim**

O Plano Nacional de Educação propõe metas que, se alcançadas, reconfigurariam o Brasil como nação soberana: universalizar o ensino básico, erradicar o analfabetismo e elevar o investimento em educação para 10% do PIB. São objetivos que ecoam o modelo chinês, onde educação e ciência alavancaram desenvolvimento tecnológico e autonomia geopolítica. Contudo, o Estado brasileiro, obstaculizado pelo neoliberalismo como um "ornitorrinco" (Oliveira, 2003) — híbrido disforme de público e privado —, "retarda" o PNE ao engessar recursos, como ocorreu com a PEC 95. Enquanto a Meta 2 previa a universalização do Ensino Médio, a Reforma de 2017 fragmentou currículos em itinerários profissionalizantes, subordinando formação humana à lógica do mercado. O financiamento educacional tornou-se refém de ajustes fiscais que privilegiam bancos, não escolas (Arelaro, 2016).

A Meta 4 do PNE 2014-2024, que visava universalizar o acesso à educação inclusiva, revela a contradição de um Estado que legisla contra a própria cidadania. Enquanto o plano propõe equiparar oportunidades, o Escola sem Partido — projeto retrógrado que criminaliza o pensamento crítico — tenta aprisionar o ensino em dogmas morais. Arroyo (2012) alerta que a escola pública, espaço de resistência, é alvo de ataques porque forma sujeitos capazes de questionar a ordem excludente.



## **Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

Diferentemente do desenvolvimento Chinês que, ao investir 4% do PIB em pesquisa, transformou universidades em polos de inovação; enquanto o Brasil, sob o teto de gastos, amarga a fuga de cérebros e laboratórios sucateados.

Outro caso, Meta 20, que previa equiparar o salário docente à média de outras profissões, expõe outro problema de uma elite que enxerga professores como custo, não como investimento. Enquanto nações como Finlândia valorizam mestres como pilares do desenvolvimento, o Brasil os submete a terceirizações e contratos precários. Silva Jr. (2017) destaca que o subfinanciamento crônico das universidades públicas — enquanto o FIES irriga o mercado educacional — é sintoma de um Estado capturado por interesses rentistas. O PNE carrega em suas metas a semente de um projeto de país antagônico à servidão colonial. A Meta 7 (PNE 2014-2024), por exemplo, buscava elevar a qualidade da educação básica, mas esbarrou na privatização disfarçada de "parcerias público-privadas", que convertem direitos em mercadoria.

Ao propor metas que visam universalizar direitos e dignificar a escola pública, carrega em si a potência revolucionária descrita por Arroyo (2012), romper com políticas educacionais fragmentadas, interrompidas por ciclos de descontinuidade, para construir uma escola que não apenas instrui, mas emancipa. A "verdadeira dignidade" escolar, como defende o autor, emerge quando se confrontam as múltiplas faces da exclusão — currículos colonizados, salários aviltados, gestão autoritária —, transformando a educação em ferramenta de insurgência. Todavia, a resistência feroz ao PNE expõe o medo de setores hegemônicos, uma escola que forma cidadãos críticos desestabiliza hierarquias sociais cristalizadas. Se o Estado neoliberal insiste em sabotar o plano, é porque reconhece, ainda que tacitamente, que educar é desobedecer. Arroyo (2012) nos interroga, quantas gerações ainda serão sacrificadas para que a educação deixe de ser ameaça e se torne, enfim, promessa de desenvolvimento.

### **Perseguição e Mercantilização do Saber**

O projeto Escola Sem Partido, formalizado no Projeto de Lei (PL) 7.180/2014, propôs criminalizar o que definia como "doutrinação ideológica" em salas de aula, sob a



## **Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

justificativa de garantir “neutralidade” educacional. Seu proponente, Erivelton Santana, então deputado federal pelo Partido Social Cristão, advogado de formação, defendia que professores deveriam abster-se de temas como gênero, política e religião. A proposta, embora travestida de proteção à liberdade estudantil, revelava-se um manual de censura, engessando o diálogo pedagógico sob o véu de uma moralidade conservadora. Ao impor restrições à interpretação crítica da realidade, o projeto ecoava mecanismos de controle do conhecimento semelhantes aos descritos por Foucault (2014) em sua análise das instituições disciplinares. Lógica, como Kant (1990) expressou, a saída da minoridade intelectual exigia coragem para questionar dogmas, princípio sabotado por leis que transformam salas de aula em espaços de silêncio forçado, onde o medo de transgressões morais fictícias suplanta o dever de estimular o pensamento autônomo.

A lógica autoritária do Escola Sem Partido não é isolada. Programas como o Future-Se, proposto em 2019, buscavam realinhar universidades públicas às demandas do mercado, subordinando a produção científica a interesses privados. Ao reduzir instituições complexas a “categorias gerenciais”, o projeto ignorava que a soberania acadêmica reside justamente na capacidade de resistir a modelos utilitaristas. Habermas (2001) já alertava sobre a colonização do mundo vivido pela racionalidade técnica, processo que esvazia a educação de seu potencial emancipatório. Quando a universidade é refém de métricas de produtividade ou de patrocínios empresariais, repete-se a tragédia da Idade Média, quando o conhecimento era refém da Igreja — agora, porém, aprisionado pela tirania do capital. A ciência, como demonstrou Diderot & D’Alembert (2018) na *Enciclopédia*, floresce na diversidade, não na servidão a dogmas ou contratos.

Historicamente, regimes que cercearam a liberdade docente pavimentaram o atraso. A Inquisição perseguiu Galileu por desafiar geocentrismos, o macarthismo nos Estados Unidos expurgou professores sob acusações de comunismo. Ambos os episódios, hoje vistos como absurdos, operaram sob a mesma retórica do Escola Sem Partido: proteger a sociedade de “ideias perigosas”. Quando um Estado legisla sobre o que pode ser dito em aula, ele não defende a moral — enterra a possibilidade de reinvenção ética. Dewey (1979) argumentava que a educação democrática exige conflito



## Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"

Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias

de ideias, não harmonia imposta. Restringir o professor a um transmissor neutro de conteúdos é negar que ensinar é um ato político, como bem sabiam os gregos, para quem a Paidéia formava cidadãos capazes de governar e ser governados.

O mal dos fins exteriormente impostos tem profundas raízes. Os professores recebem-nos das autoridades superiores; estas autoridades professam o que é corrente na comunidade. Os professores impõem-nos às crianças. A primeira consequência é a de não ser livre a inteligência do professor; é forçado a receber os objetivos que lhe mandam do alto. Mui raramente é o professor suficientemente livre das imposições da autoridade fiscalizadora, sobre métodos a adotar, programas de estudos, etc., para poder deixar seu espírito comunicar-se de perto com o espírito do aluno e com as matérias do estudo. Esta desconfiança da experiência do professor reflete-se, por sua vez, na falta de confiança nas respostas ou reações dos alunos (Dewey, 1979, p. 118).

Atentativa de esvaziar escolas e universidades de pensamento crítico não se limita ao Brasil. De acordo com Fargoni (2023), o Future-se, apesar de não aprovado, revelou a sanha neoliberal de aumentar a ciência brasileira em *commodity*. Ao vincular financiamento a parcerias com empresas, o programa ameaçava a independência da pesquisa, submetendo-a a agendas alheias ao interesse público. Essa é a mesma lógica que, no século XIX, fez da educação britânica um apêndice da Revolução Industrial, formando operários, não mentes. Adorno (2003) via nisso a gênese da barbárie, quando o conhecimento perde sua autonomia, a sociedade perde sua humanidade. A resistência, portanto, não é apenas pedagógica — é existencial. Defender a liberdade docente é garantir que as próximas gerações não sejam treinadas para repetir fórmulas, mas para desconstruí-las, como fizeram Darwin, Freud e tantos outros que desafiaram as “verdades” de seu tempo.

A esperança reside na memória de que toda tentativa de asfixiar o pensamento crítico gera, paradoxalmente, anticorpos. A Comuna de Paris, as revoluções pedagógicas do século XX e até os protestos estudantis de 1968 comprovam, onde há controle, nasce rebelião. O Escola Sem Partido, mesmo aprovado em projetos locais em prefeituras e o Future-se fracassaram não por acaso, mas porque a educação, em seu núcleo, é um projeto de insubmissão. Como lembrava Gramsci (2007), a escola é trincheira na guerra de hegemonias; desarmá-la é render-se ao imobilismo. Cabe aos educadores, herdeiros de Sócrates — condenado por “corromper a juventude” —, lembrar que ensinar é,



## **Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

sempre, um risco necessário. A ciência e a cultura brasileira, construídas entre golpes e resistências, não cabem em projetos de lei. Elas pulsam nas salas de aula onde se ousa pensar.

### **Livre pensar e produzir conhecimento**

A reforma do Ensino Médio, oficializada pela Lei nº 13.415/2017, no governo de Michel Temer e articulada por técnicos de perfil econômico, como o então ministro da Educação Mendonça Filho, insere-se em um projeto que reduz a educação a mera ferramenta de ajuste mercadológico. Ao priorizar itinerários formativos focados em habilidades técnicas, dilui-se o contato crítico com Geografia, Filosofia, Sociologia e História, disciplinas fundamentais para decifrar as contradições do mundo. Sob o menu do “empreendedorismo”, esconde-se uma estratégia conservadora, formar mão de obra dócil, desconectada do pensamento reflexivo necessário para desafiar estruturas de poder. A pressa em implementar o modelo, mesmo diante de defasagens históricas agravadas pela pandemia, revela uma lógica perversa, acelerar a precarização do ensino para atender a demandas imediatistas do capital.

A supressão das humanidades não é fenômeno isolado, remonta à colonialidade do saber criticada por Santos (2019), que denuncia a hierarquização eurocêntrica do conhecimento. Ao relegar Psicologia e Sociologia a “eletivas”, a reforma reproduz um epistemicídio, silenciando vozes que interrogam desigualdades. Na Coreia do Sul, a ênfase em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) gerou taxas de suicídio alarmantes entre jovens, sinalizando o fracasso de modelos que negligenciam a formação integral. No Brasil, o risco é similar, formar técnicos competentes, mas analfabetos políticos, incapazes de enxergar além das planilhas. Como afirma Ribeiro (2017), a democracia exige sujeitos que questionem, não apenas executem.

A saída não está em retrocessos, mas em reimaginar a escola como espaço de diálogo entre saberes. Davis (2020) defende que a educação libertadora deve articular opressões de raça, gênero e classe, algo impossível sem Sociologia ou História. Freire (1996) já ensinava que a verdadeira alfabetização é a leitura do mundo. Urge resgatar



## Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"

Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias

sua pedagogia, articulando matemática e linguagem às ciências humanas, para que os jovens não apenas dominem algoritmos, mas decifrem os códigos da sociedade que herdarão.

A Geografia, como Becker (2005) demonstrou sobre a Amazônia, não é um vazio cartográfico, mas palco de disputas que definem quem tem direito a existir no mapa. Quando tratores do agronegócio arrasam terras Yanomami<sup>7</sup>, não se trata apenas de “desenvolvimento”, é a geopolítica da necropolítica, que transforma rios em mercadoria e corpos indígenas em obstáculos. Enquanto a matemática calcula o Produto Interno Bruto do desmatamento, a geografia desvela que cada hectare queimado carrega a história de um genocídio silenciado. O Novo Ensino Médio, ao reduzir essa disciplina, repete a cartografia colonial que, no século XVI, via o Brasil como “terra nullius<sup>8</sup>”. Sem o pensamento espacial de Becker (2005), como decifrar a militarização das favelas cariocas ou o racismo que condena quilombos à invisibilidade? A geografia ensina que o território é a pele da nação — e rasgá-lo é atrapalhar a democracia.

A filosofia, como Chauí (2011) denunciou, é o antídoto contra a “servidão voluntária” que sustenta regimes autoritários. Nos porões da ditadura, enquanto a matemática contava corpos desaparecidos, aulas clandestinas de filosofia mantinham viva a pergunta: “Para que serve a obediência?”. Hoje, quando algoritmos fabricam consensos e líderes vendem certezas como mercadoria barata, suprimir o ensino filosófico é assassinar a dúvida que impede o fascismo. Se o português ensina a ler palavras, Chauí (2011) nos lembra que a filosofia ensina a ler o não dito — os silêncios que sustentam a opressão. Um currículo que ignora isso forma técnicos do *status quo*, não cidadãos capazes de desmontar as configurações do poder.

A história, na análise de Prado (1999), nunca foi neutra, é campo de batalha onde se decide quem merece ser lembrado. A “abolição” de 1888, celebrada como dádiva, esconde que os negros libertos foram jogados às margens da cidadania — política que se

---

<sup>7</sup> Maior reserva indígena brasileira, localizada em Roraima e Amazonas, ameaçada por garimpo ilegal, desmatamento e crises humanitárias graves.

<sup>8</sup> Doutrina colonial que considerava terras habitadas por povos originários como “sem dono”, legitimando apropriações e pagamentos sob o discurso da civilização.



## Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"

Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias

repete quando a polícia mata jovens periféricos como herança da senzala. Enquanto a matemática mede o “progresso” do Brasil Império, Prado (1999) revela que as estátuas de bandeirantes são monumentos ao extermínio indígena. Reduzir o ensino de história é pactuar com a pedagogia do apagamento, onde as vítimas viram números e os carrascos, heróis. Sem ela, como entender que o genocídio negro não é falha do sistema, mas seu funcionamento perfeito?

A Psicologia, na lente de Kehl (2015), é a ciência que desvela o custo humano de um mundo que idolatra a produtividade. Durante a pandemia, quando o Brasil liderou o consumo de ansiolíticos, o sofrimento psíquico dos jovens foi tratado como “falta de resiliência” — nunca como efeito colateral de uma escola que os treina para vencer *rankings*, não para enfrentar a solidão. Enquanto em aulas de literatura e língua portuguesa exigem dissertações impecáveis, Kehl (2015) ensina que a linguagem do trauma é gagueira, não eloquência. Negar a Psicologia no currículo é endossar a lógica que transforma salas de aula em linhas de montagem de futuros depressivos. Educação que ignora a subjetividade é tortura com diploma.

A Sociologia, como Souza (2017) provou ao desvendar a “radiografia do golpe”, expõe que a violência não é acidente, mas projeto arquitetado nas entranhas de um Estado que opera na lógica da exclusão seletiva. Em 2013, quando multidões<sup>9</sup> incendiaram as ruas, não foi por vinte centavos, mas porque o transporte público revelava o *apartheid* urbano, pobres amontoados em ônibus superfaturados, enquanto a elite desliza em veículos blindados. Enquanto a matemática traça gráficos da inflação, Souza (2017) desnuda como a alta dos alimentos funciona como mecanismo de ajuste fiscal contra corpos marginalizados, cujos estômagos são tratados como esquecidos da macroeconomia. Braga (2012), ao cunhar o conceito de *precariado*, amplia o diagnóstico: as reformas não foram meras “modernizações”, mas a institucionalização de uma classe

---

<sup>9</sup> Os manifestos e marchas de 2013 no Brasil iniciaram-se com protestos contra o aumento das tarifas de transporte público, mas rapidamente evoluíram para um movimento nacional de grandes proporções. Milhões de pessoas foram às ruas em diversas cidades, reivindicando melhorias na saúde, educação, segurança, além de denunciar a corrupção e o uso inadequado de recursos públicos. As manifestações expressaram profundo descontentamento com a política e a desigualdade social no país.



## **Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

condenada à instabilidade perpétua, onde direitos viram favores e a sobrevivência depende de bicos.

Se em 2013 os protestos ecoavam a revolta contra a mercantilização da vida, Braga (2017) demonstra como o neoliberalismo transformou o trabalhador em descartável, uma “geração de uberizados” que habita as franjas do capitalismo digital. Eliminar debates sociológicos é naturalizar a falácia de que o favelado morre por “escolha”, não por um projeto político que enxerga negros e pobres como resíduo a ser eliminado. A Sociologia não apenas explica o Brasil: ela desvela as engrenagens que convertem o precariado em combustível para o lucro de poucos. Ignorá-la é aceitar que a escola reproduza a farsa de que desigualdade é destino, nunca resultado de escolhas — como cortar verbas da educação enquanto subsidia bancos.

A arte brasileira não é decoração de museus, é faca cravada na carne da história. Nos anos 1960, enquanto tanques ocupavam Brasília, o movimento tropicalista transformava parangolés em armadilhas contra a ditadura, misturando plástica europeia com cores de terreiro. Hoje, nas periferias de São Paulo, grafites devoram muros cinzentos para narrar o genocídio negro — cada traço é um epitáfio para jovens apagados pelo Estado. Explorar São Paulo atualmente é descobrir matizes vibrantes sob o concreto. Trata-se de desbravar a cidade, capturar vida e criatividade que desafiam a monotonia. São as mensagens cromáticas dos artistas de rua que reimaginam as superfícies dos edifícios, transformando-os em telas que narram histórias. Essas obras elevadas tornam-se faróis de cor, iluminando e inspirando os transeuntes a ver a metrópole sob uma nova ótica. A geografia da arte é a mesma das balas perdidas, enquanto o Sudeste exporta Bienais, o Nordeste transforma lambe-lambes em gritos contra a seca que seca corpos e sonhos. A arte que não incomoda é propaganda do opressor.

Essas “filosofias” não brotaram de academias, mas da terra arrasada por monocultivos e garimpos. Enquanto a Europa discutia o “contrato social”, os povos originários do Xingu já praticavam o *bem viver* — ética que o agronegócio tenta enterrar sob veneno e grilagem. Educar no Brasil é um ato de transformação. Nos anos 1990,



## **Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

enquanto o Fundo Monetário Internacional ditava cortes, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em ocupações urbanas ensinavam que ler não é decifrar sílabas, mas decifrar a dívida externa que estrangula hospitais. Nas escolas ribeirinhas da Amazônia, cadernos encharcados de chuva revelam que o analfabetismo é herança de um Estado que enxerga rios como rotas de exportação, não como rotas de conhecimento. Enquanto o ensino privado treina elites para explorar, o público — quando existe — ensina que livro didático é arma contra a necropolítica.

### **Conclusão**

Neste artigo de natureza reflexiva, abordamos como, desde a década de 1990, a Reforma do Aparelho do Estado vem gradualmente substituindo direitos adquiridos por uma eficiência pautada em princípios mercadológicos, transformando a educação em uma verdadeira moeda de troca nas mãos do capital financeiro. A mais recente Base Nacional Comum Curricular, cuja estrutura apresenta um número superior de menções ao termo religião em comparação à ciência, não é um fenômeno fortuito, mas sim uma evidência clara desse processo, como projeto que substitui pensamento crítico por moralismos convenientes ao apagamento das desigualdades. O Novo Ensino Médio, mascarado sob a alegoria da "modernização", molda uma força de trabalho subvalorizada para um mercado que devora sonhos e forja vidas precárias. Enquanto as universidades públicas quase foram sufocadas pelo programa Future-se, o Plano Nacional de Educação murchou diante dos cortes orçamentários, transformando suas metas em espirais sem fim. Tudo isso sob a lógica perversa de que educação não é investimento, mas custo a ser terceirizado.

Programas como o PROUNI e FIES, vendidos como inclusão, financiam conglomerados educacionais enquanto convertem diplomas em dívidas quase vitalícias. A "Escola Sem Partido", disfarçada de neutralidade, queria calar debates sobre gênero e raça para preservar hierarquias. O Enem, outrora ferramenta de acesso, hoje classifica cérebros como algoritmos, validando um ensino médio esvaziado de humanidades. Até o EAD, expandido como democratização, esconde a erosão da formação, telas substituem



## Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

professores, e plataformas digitais vendem ilusões de aprendizado. Cada “reforma” é passo firme na direção de um *apartheid* educacional que referimos.

Assim como o Brasil Colônia exportava pau-brasil para enriquecer metrópoles, as reformas educacionais do século XXI exportam cérebros para laboratórios estrangeiros, enquanto escolas públicas viram ruínas. A lógica é a mesma: extrair, explorar, descartar. Ao reduzir Sociologia e Filosofia, repete a cartilha dos bandeirantes, que apagavam culturas indígenas para impor uma única verdade. A obsessão por “competências” — termo roubado do vocabulário corporativo — transforma estudantes em operários do conhecimento, treinados para servir, nunca para questionar. E a ciência, quando não gera lucro, vira artigo de museu.

Investir em educação pública é romper com cinco séculos de espoliação. Cada real destinado a universidades e escolas reverbera em descobertas que desafiam a dependência tecnológica, em médicos que não fogem para o exterior, em tecnologias sociais que regeneram biomas. **A ciência não é gasto**, é trincheira contra epidemias de ignorância e negacionismo. Quando um país prioriza laboratórios sobre latifúndios, está dizendo que a vida vale mais que a soja. Quando forma professores, não influencers, está plantando as sementes de um projeto onde o desenvolvimento não se mede pelo PIB, mas pela capacidade de garantir que toda criança leia o mundo antes de ser absorvida por ele.

Enfrentar os impasses da educação brasileira exige mais do que programas compensatórios que funcionam como paliativos temporários. É preciso recuperar a centralidade das políticas públicas como instrumentos de transformação estrutural, articulando o financiamento estável à revalorização do trabalho docente e à democratização real do acesso e da permanência escolar. Um novo pacto federativo pode garantir que o investimento em educação deixe de ser moeda de barganha fiscal e se torne eixo estratégico de desenvolvimento nacional. Isso passa por revogar tetos orçamentários que estrangulam o futuro e por recompor o PNE como plano de Estado, e não de governos, com metas vinculantes e fiscalização social. A escola pública precisa deixar de ser espaço de gestão por indicadores e se converter em território de cidadania,



## Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"

Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias

onde a diversidade seja incorporada como potência e não como desafio. Fortalecer políticas curriculares que integrem as humanidades, a ciência e a arte como partes dessa reconstrução, pois formar sujeitos críticos é condição para qualquer sociedade que se pretenda democrática.

Freire (1996) sabia que educar é crer no inacabado. As gerações Alfa e Beta<sup>10</sup>, herdeiras de um planeta em colapso, carregam nas mochilas a urgência de reinventar o futuro. São netas da geração que viu a *internet* nascer e bisnetas da que lutou por democracia. Se o neoliberalismo as ensina a competir, a pedagogia freireana lembra que só se liberta o conhecimento quando ele deixa de ser arma para ser abraço. Talvez essas gerações, misturando memes e marchas, *hashtags* e ocupações, descubram que a verdadeira revolução não está nos algoritmos, mas nas salas de aula onde se aprende que mudar o mundo começa por nomear seus monstros — e rir deles, enquanto se constrói um novo léxico de esperança.

### Referências

Adorno, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: Adorno, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. 3ª Ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2003.

Antunes, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

Arelaro, Lisete Regina Gomes. Gestão Democrática não é falácia, é prática social. **Revista Parlamento e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 65-77, 2016.

Arroyo, Miguel Gonzalez. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2012.

Becker, Bertha K. Geopolítica da Amazonia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

Braga, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

---

<sup>10</sup> A Geração Alfa (2010-2025) é a primeira geração integralmente digital. Os Betas, hipótese pós-2025, herdarão um mundo onde humano e máquina se confundem. Geração dos Boomers (1946-1964); Geração X (1965-1980); Millennials (1981-1996) e Geração Z (1997-2009).



## **Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

Braga, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global.** São Paulo: Alameda, 2017.

Brasil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

Brasil. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

Brasil. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 26 jun. 2014.

Brasil. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 2017.

Brasil. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Portal da Legislação, Brasília, 16 fev. 2017.

Chauí, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora Unesp, 1999.

Chauí, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 13ª Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.

Chesnais, François. **A Mundialização do Capital.** Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

Davis, Angela. **A Liberdade é uma Luta Constante.** São Paulo: Boitempo, 2020.

Dewey, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação.** 4ª Ed. - São Paulo: Editora Nacional, 1979.

Diderot, Denis & D'Alembert, Jean. **Enciclopédia ou Dicionário Razoado das Ciências, das Artes e dos Ofícios.** São Paulo: Edições Sesc, 2018.



**Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

Fargoni, Everton Henrique Eleutério. *Ciência, Trabalho e a Fuga de cérebros Do Brasil. Trabalho & Educação*, v. 32, n. 2, p. 101–115, 2023.

Foucault, Michel. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2014.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2022.

Frigotto, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 2010.

Gramsci, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 6ª Ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Habermas, Jürgen. **Técnica e Ciência como "Ideologia"**. Trad. Morão A. Lisboa: Edições 70, 2001.

Harvey, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Superior 2020**. Brasília: INEP, 2020.

Kant, Immanuel. **Resposta à pergunta: O que é o Iluminismo?** Trad. Artur Morão. *In: A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1990.

Kehl, Maria Rita. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. 2ª Ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

Oliveira, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Prado, Maria Lígia. **A formação das nações latino-americanas**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Ribeiro, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

Santos, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.



**Interfaces da Reforma do Estado: mercantilização da Educação e o "preço do conhecimento"**

*Everton Henrique Eleutério Fargoni & Mayna Zacarias*

Saviani, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. Campinas: Autores Associados, 2003.

Silva Junior, João Ricardo. **The New Brazilian University**: a busca por resultados comercializáveis: para quem? Bauru: Canal 6, 2017.

Souza, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2017.